

Ideli sugere debate sobre desigualdades regionais

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, propôs ontem um debate sobre matéria que mostra o mapa da miséria no país, publicada no jornal *Gazeta Mercantil* sob o título "Enfrentar as desigualdades regionais". Ideli destacou ter feito um roteiro de cinco dias seguidos por Santa Catarina em que observou que as diferenças são gritantes e os bolsões de miséria estão presentes em seu estado.

Página 4

Paim quer conselhos para fiscalizar incentivo fiscal

Projeto de Paulo Paim cria conselhos para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais. Conforme o senador, "os incentivos devem ser usados exatamente nas finalidades para as quais foram criados, de maneira que possam transformar-se em desenvolvimento do próprio estado". Os conselhos seriam formados por representantes do governo, de empregados e empregadores.

Página 4

EDUCAÇÃO DO MST EM DEBATE



Roosevelt Finheiro

DISCUSSÃO Suassuna – que pede providências para apurar denúncias contra o MST – ouviu o discurso em que Heloísa defende as escolas

Ney Suassuna

Governo deve apurar incitação ao ódio contra "burgueses"

A estratégia educacional de plantar a "semente do ódio" entre crianças palestinas estaria sendo reproduzida, no Brasil, em escolas mantidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), segundo o senador Ney Suassuna. No Plenário, ele cobrou providência das autoridades.

Heloísa Helena

Escolas ensinam patriotismo, solidariedade e fraternidade

Em resposta a Suassuna, a senadora Heloísa Helena negou que as escolas mantidas pelo MST e outros movimentos sociais disseminem o ódio entre as crianças. Ao contrário, ela disse ter testemunhado que esses estabelecimentos ensinam o sentido do patriotismo e da irmandade entre os povos.

Página 3

Transposição começa com R\$ 1 bi, anuncia Bezerra

O governo federal destinou 24% da dotação orçamentária do Ministério da Integração Nacional, referente ao próximo exercício, para o início das obras de

transposição do Rio São Francisco. O anúncio foi feito pelo líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra.

A transposição, segundo ele, começará com um conjunto de

projetos que abrange saneamento, inclusive na nascente do rio, tratamento de matas ciliares e proibição do lançamento de lixo e dejetos industriais. Inclui, ainda, a trans-

posição, para o São Francisco, das águas de um dos afluentes do Rio Tocantins, já em 2005. A previsão, conforme o líder governista, é terminar a obra em dois anos.

Página 3



Jane Araújo

IMPACTO Fernando Bezerra destaca relatórios que apontam os efeitos positivos da transposição

Orçamento examina crédito para ministérios

Os seis pedidos de crédito ao orçamento deste ano, que estão na pauta da reunião da Comissão Mista de Orçamento marcada para a próxima terça-feira, atingem R\$ 503,55 milhões. A quantia mais elevada, de R\$ 206,52 milhões, suplementa as dotações do Ministério da Fazenda e também das chamadas Operações Oficiais de Crédito, onde estão orçados os subsídios oficiais a áreas importantes como exportações e agricultura.

O governo está também solicitando um ajuste no orçamento de investimento das empresas do grupo Eletrobrás, promovendo um corte de R\$ 632,61 milhões. O projeto de lei (PLN 25/04), ao mesmo tempo em que abre um crédito suplementar de R\$ 171,39 milhões, reduz o valor global de investimentos do grupo em R\$ 804 milhões.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior deverá receber um reforço de R\$ 41,5 milhões, e o Ministério da Saúde, de R\$ 33,01 milhões. A suplementação dos orçamentos dos Ministérios da Cultura, do Esporte e do Turismo será de R\$ 21,12 milhões.

A Comissão de Orçamento deverá analisar apenas um projeto de crédito especial – envolvendo ações novas do Ministério do Desenvolvimento, no montante de R\$ 30 milhões – e oito avisos com resultados de inspeções do Tribunal de Contas da União (TCU), além de mensagens, ofícios e requerimentos. A realização da reunião ainda depende da definição do esforço concentrado da Câmara e do Senado.

Senado poderá votar na terça os destaques à reforma do Judiciário

■ Mercadante crê no exame da matéria no esforço concentrado, ao contrário do relator José Jorge

O Plenário do Senado poderá votar, em primeiro turno, na próxima terça-feira, os destaques apresentados à reforma do Judiciário, que já teve o seu texto básico aprovado. Para que os destaques sejam analisados, será necessário um acordo entre os senadores sobre projeto de lei da Câmara que trata da regulamentação da Lei de Informática (PLC 32/04). Essa proposição está trancan-



CAMPANHA José Jorge observa que proximidade da eleição dificulta votações no Senado

do a pauta, juntamente com o projeto de lei de conversão que facilita a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos por cientistas e pesquisadores, via redução de

impostos (PLV 43/04).

O relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), acredita que os destaques à proposta não serão votados nesse novo período de esforço concentrado, na próxima semana, devido à proximidade das eleições municipais, já que grande parte dos parlamentares está se dedicando à campanha eleitoral. Mas o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), é mais otimista e prevê a análise dos destaques à reforma do Judiciário e de outra proposição que considera importante – a que trata da nova Lei da Biossegurança (PLC 9/04).

Caso a pauta seja desobstruí-

da, a sessão deliberativa de terça-feira terá uma ordem do dia com 42 itens, dos quais 15 são propostas de emenda à Constituição que tramitam em conjunto com a reforma do Judiciário.

Consta da pauta, ainda, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o envio, à presidente da Indonésia, Megawati Sukarno-Putri, de apelo para que permita que o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso naquele país, possa cumprir sua pena no Brasil. Ele foi condenado à pena de morte por tráfico de drogas.

As sessões de hoje e amanhã serão não deliberativas, assim como a de segunda-feira.

Agenda

Sessões da semana serão não deliberativas

As sessões de hoje e de amanhã são não deliberativas. Sem a votação de propostas, elas se destinam

aos pronunciamentos dos parlamentares e aos comunicados da Mesa diretora. A votação de proje-

tos será retomada na próxima semana, quando se reinicia o esforço concentrado do Congresso.

Ciclo de palestras sobre o Parlamento

Já estão abertas as inscrições para o ciclo de palestras "O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro", voltado para jornalistas políticos e estudantes de Comunicação Social,



Ciência Política e História. O evento, entre os dias 13 e 17 de setembro, vai resgatar a história do Legislativo e discutir suas perspectivas. Mais informações no site www.senado.gov.br.

TV Senado

O juiz Chimenti e a desembargadora Marisa Santos discutem direito constitucional no programa *Cidadania* de hoje, que a TV Senado exibe às 19h30. Às 20h30, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fala sobre guerra fiscal.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes do Senado.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



RESULTADOS Valmir Amaral destaca que controladoria já verificou aplicação de mais de R\$ 2 bilhões

Valmir Amaral elogia fiscalização em municípios

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) elogiou, em pronunciamento, o Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos, colocado em prática pela Controladoria Geral da União (CGU). O programa, implantado pelo atual governo, encontra-se em sua 12ª edição e já fiscalizou mais de R\$ 2 bilhões aplicados em 501 municípios do país.

O último sorteio, realizado em 11 de agosto, selecionou 60 novos municípios onde foram empregados R\$ 230 milhões em verbas federais. O programa, enfatizou Valmir Amaral, "tem como objetivo impedir a prática da corrupção entre os gestores de todas as esferas da administração pública".

O senador anunciou a intenção do titular da CGU, ministro Waldir Pires, de ampliar o programa até o fim de 2004, incluindo fiscalizações nas grandes obras públicas que estão em execução nos estados.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

MST

Com base em reportagem da revista *Veja* desta semana, Suassuna afirma que aulas estariam sendo usadas para doutrinação política. Heloísa contesta e diz que escolas de assentamentos ensinam o sentido do patriotismo e da irmandade entre os povos

Suassuna quer apurar doutrinação em escolas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem aos órgãos competentes do governo para que apurem as notícias veiculadas no último fim de semana de que as escolas públicas que funcionam nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teriam conteúdo programático diferente daquele aprovado pelo Ministério da Educação. Ainda de acordo com as denúncias, as aulas estariam sendo usadas como instrumento de doutrina política.

Suassuna comparou o conteúdo do ensino que estaria sendo ministrado nas escolas do MST com o que conheceu na região de conflito entre Israel e Palestina. Ele relatou que, junto com um grupo de parlamentares brasileiros, assistiu a um filme que era parte da educação infantil e que "plantava a semente do ódio nas cabeças das crianças palestinas". Para ele, isso é uma forma de perpetuar a violência.

– Saímos de lá chocados e convictos de que é impossível ajudar de alguma forma. É um ódio de séculos e não chegaremos, no nosso tempo de vida, a ver uma solução que traga a

paz para aquela região. Agora vejo esse fenômeno ser reproduzido no Brasil nas escolas do MST contra o que chamam de burgueses – alertou.

Violência

O senador disse ainda que, no Brasil, a violência é consequência do crime organizado e não do terrorismo e que, "para exterminá-la, é preciso começar pelas polícias, separando o joio do trigo". Salientando que qualquer pessoa pode encontrar em meia hora um ponto de venda de drogas em qualquer cidade do país, o senador declarou não entender como policiais treinados por anos a fio não conseguem saber onde se vendem drogas e coibir essa prática.

Para acabar com a violência no Brasil, Suassuna também sugeriu que o Congresso Nacional vote a reforma do Judiciário e endureça a legislação contra o narcotráfico, e que o governo construa presídios federais.

– Não consigo entender porque ainda não foram construídos os presídios federais. Já estou no meu segundo mandato como senador e ainda ouço que estão fazendo, que estão fazendo e, até agora, nada – protestou.

Ney Suassuna



Roosevelt Figueiro

"Plantar semente do ódio nas crianças é uma forma de perpetuar a violência"

Heloísa Helena



Célio Azevedo

"A sociedade capitalista é que cultiva o ódio, que destrói as pessoas"

Heloísa nega ensino do ódio em movimentos sociais

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) contestou que as escolas de formação mantidas por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTTL), disseminem o ódio entre as crianças. Ao contrário, ela testemunhou que é ensinado o sentido do patriotismo e da irmandade entre os povos, além da solidariedade e da fraternidade.

– A sociedade capitalista é que cultiva o ódio, que corrompe o sentido humano, que destrói pessoas, que violenta e gera pessoas violentas. É a sociedade capitalista que coloca crianças de oito anos como olheiros da estrutura podre do narcotráfico e as paga com sanduíches de mortadela ou pedras de crack. Que empurra meninas de oito, nove, dez anos para vender o corpo por um prato de comida – afirmou Heloísa Helena.

O pronunciamento da senadora foi motivado por discurso feito anteriormente pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que pediu ao Ministério da

Educação uma investigação sobre denúncia publicada na revista *Veja* desta semana, dando conta que as escolas dos sem-terra ensinam o ódio.

Para a senadora, a reforma agrária não deve se resumir à distribuição de lotes. Mais do que isso, acrescentou, o governo também deve oferecer assistência técnica, infra-estrutura e subsídios agrícolas.

Em aparte, Ney Suassuna também defendeu a reforma agrária e confessou ficar envergonhado ao trafegar por estradas e ver a quantidade de terras devolutas abandonadas. Por outro lado, ele reforçou a importância do governo federal inspecionar as escolas coordenadas pelos movimentos sociais para evitar que o Brasil repita a experiência vivida no Oriente Médio.

Heloísa Helena compareceu à sessão plenária de ontem vestindo a camisa de seu novo partido, o PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade). Foi o primeiro pronunciamento da senadora depois do registro provisório da legenda na Justiça Eleitoral. Para obter o registro definitivo, são necessárias 430 mil assinaturas. Até agora já foram recolhidas 120 mil.

Bezerra anuncia recursos para transposição de rio

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), disse que o governo destinou 24% da dotação orçamentária total do Ministério da Integração Nacional para o início das obras de transposição do Rio São Francisco, em dois braços, para outros estados. A transposição começará com um conjunto de projetos que inclui saneamento, inclusive na nascente do rio, tratamento das matas ciliares, proibição de lançamento de lixo e dejetos industriais, e até mesmo a transposição, para o São Francisco, das águas de um dos afluentes do Rio Tocantins já em 2005. A transposição terá no orçamento de 2005 cerca de R\$ 1 bilhão, um terço do total necessário, e será concluída provavelmente em dois anos.

Fernando Bezerra elogiou a iniciativa e lembrou que a licitação a ser feita para as obras iniciais será a mesma da sua época de ministro da Integração Nacional, no governo Fernando Henrique Cardoso.

– É uma iniciativa notável do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque ele sabe que terá oposição até irracional de alguns estados, mas não há alternativa. Há uma parte da Paraíba, por exemplo, que ou recebe água ou as pessoas terão que ser retiradas de lá – explicou.

O líder do governo destacou ainda que a transposição não significa que se vá retirar o São Francisco de seu leito original e desviá-lo para outros estados.

– Nada disso. O que vai ser feito é transpor o excesso que



Roosevelt Figueiro

CUSTO Segundo Bezerra, obra terá verba de R\$ 1 bilhão em 2005, um terço do total necessário

corre para o mar para os grandes reservatórios estaduais, para uso humano e com fins econômicos. O Rio Grande do Norte, por exemplo, receberá as águas em duas grandes represas.

– A Chapada do Apodi tem terras das melhores, mas que não podem ser aproveitadas por falta de água. Com a transposição, poderemos transformar a região em uma das mais prósperas do país – disse.

Niemeyer é indicado para Patrono da Arquitetura

Já está na Comissão de Educação (CE) projeto de lei da Câmara (PLC 61/04) que declara o arquiteto Oscar Niemeyer "Patrono da Arquitetura Brasileira". A proposta foi apresentada pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e, já aprovada naquela Casa, aguarda agora a indicação do relator no Senado. Depois de votada pela CE, a matéria ainda precisa ser analisada pelo Plenário.

Na justificativa do projeto, a autora descreve a trajetória do arquiteto, nascido em 1907 no Rio de Janeiro e formado pela antiga Escola de Belas-Artes em 1934. O "gênio criador" do arquiteto também é ressaltado pela deputada.

Entre as obras, Luiza Erundina destaca o Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, um hotel em Outro Preto, o conjunto

arquitetônico da Pampulha, em Belo Horizonte (MG), a Torre da Defesa e a sede do Partido Comunista Francês, em Paris, e os principais prédios públicos de Brasília, considerados como ponto alto da criação do arquiteto. Sobre esse trabalho, a autora enfatiza que, hoje, são mundialmente famosos os prédios do Palácio da Alvorada, Palácio do Planalto, Teatro Nacional, Congresso Nacional e Catedral.

A relatora do projeto na Câmara, deputada Miriam Reid (PSB-RJ), afirmou que "na história do nosso país há nomes que enriquecem e honram a nação brasileira, personagens que foram dotadas de um senso de patriotismo e de serviço à causa coletiva. Um desses nomes é, sem sombra de dúvida, o do arquiteto Oscar Niemeyer".

Ideli condena desigualdades regionais e propõe debate

■ Senadora também analisa a existência de bolsões de miséria dentro de estados mais desenvolvidos

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), aproveitou as celebrações do dia 7 de Setembro para condenar as desigualdades regionais que ainda marcam o Brasil. Ela propôs a realização de debate sobre artigo publicado pelo jornal *Gazeta Mercantil* sob o título "Enfrentar as desigualdades regionais". A matéria traça um mapa da miséria no país.

– Fiz um roteiro bastante extenso, de cinco dias seguidos, por Santa Catarina e vi que as diferenças, não só regionais, mas dentro de um mesmo estado, são grandes. As diferenças são gritantes e os bolsões de miséria absoluta também existem em meu estado.

Referindo-se ao fato de que, de 1970 a 2002, somente a região Sul apresentou um recuo significativo na proporção de habitantes situados abaixo da linha da pobreza, a senadora afirmou que esse contingente caiu de 15,35% para 6,57% nos três estados da região.

Ideli explicou que os núme-



Rosevelt Fritheiro

AVANÇO De acordo com Ideli, a Previdência Social desempenha papel de distribuição de renda

ros registram uma média, pois em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul também há preocupantes bolsões de pobreza.

Ainda de acordo com os dados, ela disse que, na região Sudeste, a mais desenvolvida do país, a miséria diminuiu de 21,96% para 17,58% no período de 32 anos abarcado pela pesquisa. Apesar disso, em São Paulo, a maior cidade da América do Sul, a proporção de pobres aumentou de 14,3% para 19,64%.

– A região Sudeste tem, como um todo, uma diminuição na miséria, mas isso se excluímos São Paulo, onde houve um aumento dos miseráveis – comentou a senadora.

De acordo com a parlamen-

tar, houve importante recuo da miséria, de 23,5% para 10,7%, entre a população rural dos estados nordestinos. Esse dado positivo, acrescentou, é explicado pela abrangência maior da Previdência Social, que garante condições de sobrevivência a milhares de famílias nas áreas rurais, não só do Nordeste.

– Eu não poderia deixar de destacar exatamente esse papel distribuidor de renda que é a Previdência pública e o benefício da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que permite exatamente que a população mais pobre do país tenha essa transferência – enfatizou.

Contraste

Ideli também afirmou que a região Centro-Oeste não registrou variação expressiva da pobreza nesse período de 32 anos, saindo de 5,48% em 1970 para 5,22% em 2002. Em sua opinião, essa estabilidade da miséria contrasta com o vigoroso crescimento da região, impulsionado pelas atividades ligadas ao agronegócio.

– A evolução econômica da região Centro-Oeste, vinculada ao agronegócio, é indiscutível, é um *boom* econômico que todos conhecemos. Portanto, não se justifica que a miséria ali esteja estabilizada – argumentou a senadora.



Gerardo Magela

INTERCÂMBIO Patrícia apresentou, na Espanha e na Itália, experiência da CPI da Exploração Sexual

autoridades dos dois países e de organizações não-governamentais (ONGs) europeias pela experiência da Frente Parlamentar, apontada como um raro exemplo, segundo Patrícia Saboya, de movimento suprapartidário específico para a infância e a adolescência, com forte atuação no Legislativo federal.

Patrícia divulga trabalho em defesa da juventude

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) esteve em visita oficial à Itália, no início desta semana, para relatar a experiência da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e os resultados da comissão parlamentar de inquérito que investigou as redes de exploração sexual infantil no país e suas conexões com o exterior.

As audiências com representantes da Secretaria de Assuntos Sociais e da Vice-Presidência da Toscana e com parlamentares locais, na terça-feira, serviram, segundo a assessoria de imprensa da senadora, para troca de informações com as autoridades italianas daquela região, onde são desenvolvi-

dos vários programas sociais voltados para a população infantil-juvenil.

Na segunda-feira, a senadora visitou o Centro de Estudos Innocenti, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), considerado um centro de referência mundial de pesquisa e informação de assuntos relacionados à criança e ao adolescente. Patrícia reuniu-se com as diretoras do Innocenti, Marta Santos Pais e Anna Maria Bertazzoni, e com Donata Bianchi, responsável pelas publicações sobre violência sexual nessa faixa etária.

A senadora, que também esteve na Espanha, a convite do Unicef, disse que identificou um grande interesse das



Gerardo Magela

MONITORAMENTO Projeto de Paim visa garantir maior controle da aplicação de benefícios fiscais

Paim quer conselhos para fiscalizar incentivo fiscal

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que cria conselhos formados por representantes do governo, de empregados e empregadores, destinados a fiscalizar a concessão de incentivos fiscais. O projeto (PLS 248/04) pretende, segundo o senador, garantir melhor controle da aplicação dos recursos resultantes da concessão, pelo governo, de benefícios fiscais a empresas

que se instalem em determinadas regiões.

Paim explicou que um dos princípios básicos da Constituição é a garantia da igualdade entre os cidadãos, inclusive na área tributária. Mas destacou que a concessão de benefícios fiscais quebra essa regra sob o argumento de que tais renúncias servirão para promover o equilíbrio socioeconômico. O senador considera que é preciso haver fiscalização melhor do uso desses recursos.

– Os incentivos devem ser usados nas finalidades para as quais foram criados, de maneira que possam transformar-se em desenvolvimento do próprio estado – disse ele, na justificativa da proposta.

Paulo Paim pretende que os conselhos tripartites sejam criados antes da concessão do benefício e continuem agindo enquanto a isenção existir. Os empregados e empregadores deverão ser da região e da atividade abrangida. Essas pessoas, na opinião do parlamentar, são as que melhor podem avaliar os resultados almejados com a concessão. A matéria aguarda decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Virgílio cobra agilidade nas negociações com a Argentina

Com base no noticiário dos jornais, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que as negociações entre Brasil e Argentina em torno das exportações de eletrodomésticos brasileiros estão paradas. O resultado, disse ele, se traduz em prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus.

Arthur Virgílio criticou o ministro da Indústria e do Comércio, Luís Fernando Furlan, que, de acordo com reportagem do jornal *Gazeta Mercantil*, teria afirmado que "a indústria de Manaus precisa de maior divulgação". Enquanto isso, acrescentou o senador, as máquinas de lavar brasileiras estão paradas na fronteira, desde julho, no aguardo das denominadas licenças não automáticas.

Segundo informação da coordenadora da Comissão de Comércio Exterior da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Ele-tros), Maria Teresa Bustamante,



Célio Azevedo

PREJUÍZOS Entendimentos sobre exportação de eletrodomésticos estão parados, critica Virgílio

a Argentina tem contratos bilaterais que podem dar a outros países benefícios próximos aos acordos firmados no Mercosul, destacou o senador.

– Para ela, o problema não reside apenas no setor de eletroeletrônicos e serão necessárias regras institucionais e jurídicas claras, a partir de decisões dos governos – ressaltou Virgílio.

Esclarecimentos

O líder do PSDB também apresentou à Mesa requerimento solicitando informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a denúncia do jornalista Tales Faria, da revista *IstoÉ*, segundo a qual "teria muita gente com telefones monitorados".